



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1003642-85.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário**  
 Requerente: **José Lorival Zani**  
 Requerido: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOSÉ LORIVAL ZANI, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Banco Bradesco S/A, também qualificado, alegando ser consumidor dos serviços prestados pelo réu e é titular da conta corrente nº 73946-4 da agência 3465-7 passando a sustentar que no decorrer dos anos teriam sido realizados varios lançamentos em sua conta corrente sem que lhe tivessem sido apresentados demonstrativos detalhados de modo que estaria pagando valores que não condiziariam com a realidade financeira de nosso país, de modo que teria si dirigido à sua agência bancária para protocolar seu pedido de exibição de extratos de sua conta corrente e dos contratos de movimentação bancária firmados com o réu, entretanto, até a propositura de demanda, seu pedido não teria sido atendido, à vista do que requer seja o réu compelido a exibir judicialmente cópias dos contratos firmados por ele bem como extratos da conta corrente desde janeiro de 2013.

O réu exibiu os contratos solicitados e contestou o pedido alegando, preliminarmente, a carência da ação, porquanto não há nos autos prova de que tenha se recusado a fornecer cópia dos documentos solicitados de modo que não há dissenso e, assim, implicaria na extinção dos autos nos termos do art. 485, VI, do CPC; no mérito, alega que, tendo em vista que não houve resistência infundada ao fornecimento da documentação, não que se falar em honorários de sucumbência, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O autor replicou reiterando os termos da inicial.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento antecipado, conforme permite o artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil, à vista das provas existentes nos autos, suficientes para o deslinde da questão.

Trata-se de ação probatória autônoma, por intermédio da qual o autor pretende conhecer o teor de certo documento para, à vista dele, exercer qualquer pretensão que possa ter.

Assiste à parte o direito de obter documentos necessários não à efetiva demonstração de um direito subjetivo, mas sim à prévia constatação e verificação da eventual lesão a direito seu, como que, caso convencido da inexistência do direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

subjetivo, cuidar-se-ia de ação evidentemente carente de interesse processual.

Diga-se mais, é do Novo Código de Processo Civil a determinação expressa, contemplada no §2º do art. 330, de que *"nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito"*.

Segundo aponta a doutrina tratando do referido dispositivo legal, *"não basta que o autor formule o pedido de revisão dos valores inerentes ao contrato, deve precisar qual é a obrigação que deseja controverter, além de especificar o quantum do débito é incontroverso, uma vez que esse deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados ao longo do desenvolvimento do processo (ou seja, tornar o pedido de revisão o mais determinado possível)"* - cf. GEORGES ABOUD E JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS .

E o CPC de 2015 inova ao permitir que a produção antecipada de provas aconteça sem que se exija a demonstração de risco, ou de urgência na produção da prova.

Não se discute, nesta ação autônoma, a probabilidade de um direito da parte, decorrente da exibição do documento em questão, o que será ponderado em outro momento, se proposta ação com base nele.

Com efeito, impõe o artigo 382, § 2º, do CPC, que o juiz não se pronunciará sobre a ocorrência ou a inoccorrência do fato, nem sobre as respectivas consequências jurídicas.

Realizada a produção antecipada de prova, o juiz deverá dar por encerrado o processo, mediante sentença homologatória, que não reconhecerá direito material algum, nem conterà qualquer juízo de valor acerca dos fatos apurados.

A sentença se limita a atestar que a produção da prova se deu de maneira regular e legítima, ou seja, mediante contraditório e sob a supervisão do juiz.

Não há regra a respeito da sucumbência, mas a solução deve ser diferente a depender da reação do demandado: (I) Se não houver resistência do réu; as verbas de sucumbência caberão ao autor; se não houver resistência, mas o réu venha a formular pedido de produção de outro meio de prova ou de apuração de novos fatos relacionados àqueles que o autor pretende apurar, as despesas deverão ser rateadas e cada parte arcará com os honorários de seu advogado; (II) Se houver resistência do réu, o vencido é que arcará com as despesas e pagamento dos honorários de sucumbência; (III) Será vencido o autor cujo pedido de produção de prova venha a ser indeferida, ou o réu, se houver o deferimento do pedido. (cf. comentários ao artigo 381 do "Novo Código de Processo Civil Comentado", Ed. RT).

A respeito do tema, a jurisprudência já se pronunciou: *"É cediço que na produção antecipada de provas, tratando-se de um procedimento de jurisdição voluntária, de regra, inexistente vencedor ou vencido, tampouco condenação de quaisquer das partes nos encargos da sucumbência". Precedentes jurisprudenciais*. (cf. TJRS. Apelação nº 70035533850. 10ª Câmara Cível.. Des. Rel. Paulo Roberto Lessa Franz J. 21.01.11)

Como também: *"No procedimento de produção antecipada de prova não há litígio. Dele não resulta vencido, nem vencedor. Por isto, na sentença que o encerra, não ha lugar para condenação em honorários por sucumbência"* (cf. STJ. Recurso



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

Especial 49.630/RJ, 5ª Turma. Rel. Min. Edson Vidigal, J. 21.10.97).

No caso concreto não haverá condenação em honorários advocatícios, pois o documento pretendido foi exibido, sem criação de obstáculos.

Ante o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, a presente produção antecipada de provas requerida por JOSÉ LORIVAL ZANI, em face Banco Bradesco S/A declarando finda esta medida antecipada.

Os autos permanecerão em cartório durante 1 (um) mês para extração de cópias e certidões pelos interessados, na forma quanto preconiza o art. 383, do CPC.

Após, arquivem-se.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 23 de julho de 2018.

**Vilson Palaro Júnior**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**